



Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

| | |
|---------------|------------------------------|
| Governo | Deputado ALGACI TÚLIO |
| PDT | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB | Deputado CAÍTO QUINTANA |
| PFL | Deputado ÉLIO RUSCH |
| PT | Deputado ÂNGELO VANHONI |
| PP | Deputado SÉRGIO SPADA |
| PPR | Deputado CÉSAR SELEME |
| PSC | Deputado JOSELITO CANTO |
| PTB | Deputado NELSON JUSTUS |
| PSDB | Deputado CESAR SILVESTRI |

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Dufflio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 38.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 1995

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury. secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffilio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Cláudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessutti, Renato Adur e Sérgio Spada (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo Expediente a ser lido, para usar da palavra, e de acordo com o requerimento aprovado na sessão de ontem, concedo a palavra ao petroleiro Luiz Antônio Sampaio.

Esta Presidência recomenda aos oradores que forem usar da tribuna que o façam em termos Parlamentares.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SAMPAIO - Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembleia Legislativa, demais integrantes da Mesa, Senhores Deputados presentes, Senhoras e Senhores:

"Em primeiro lugar gostaria de agradecer a este espaço concedido aos petroleiros para esclarecimentos aos Deputados e população dos motivos da greve iniciada em

03 de maio de 1995.

Na realidade esta greve representa a continuação de nossa campanha pela renovação do Acordo Coletivo 93/94, cuja vigência foi encerrada no dia 31 de agosto de 1994. Também é uma greve em defesa dos direitos dos trabalhadores, da previdência, dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações, do patrimônio da Nação, por serviços públicos de boa qualidade e salários dignos aos servidores.

Nossa campanha foi iniciada em agosto de 1994, na qual reivindicávamos, entre outros pontos, um índice de reposição salarial de 108%, decorrente das perdas salariais ocorridas desde setembro de 1993. Procuramos exercitar a livre negociação, apresentando dados que comprovavam nossas perdas e ao mesmo tempo atestando a saúde financeira da companhia e o aumento de produtividade dos trabalhadores. Os representantes da empresa mostraram-se intrasigentes, procurando retirar cláusulas históricas da categoria, como por exemplo a garantia do bom emprego, que assegurava que a companhia não realizaria demissões arbitrárias. Também nas questões econômicas, apesar de toda a nossa argumentação, não houve avanço. O impedimento, alegado pela empresa, vinha do governo federal, que recusava-se a conceder qualquer reajuste acima do IPCr acumulado desde julho de 1994, que era de 13,54%

Não havendo o acordo, a categoria petroleira deflagrou greve nacional no dia 27 de setembro de 1994. Os representantes da empresa antes mesmo do início da paralisação, solicitaram dissídio coletivo. Não houve conciliação e no dia 30 de setembro de 1994 ocorreu o julgamento do TST. Num julgamento político, consideraram nossa greve abusiva, apesar do cumprimento da lei de greve por parte dos petroleiros e ratificaram, praticamente na íntegra, a proposta da empresa, com a supressão de diversas cláusulas históricas de nossos acordos coletivos, conforme já comentado.

Face a essa arbitrariedade, a categoria petroleira decidiu permanecer em greve, buscando negociações que permitissem a solução do impasse. Isto finalmente ocorreu no dia 03 de outubro de 1994, pela intermediação do Presidente da CUT Vicentinho, junto ao Presidente da República Itamar Franco. Foi marcada uma reunião para Juiz de Fora - MG, realizada no dia 05 de outubro de 1994, com a participação do Presidente da República, do Ministro da Fazenda Ciro Gomes, do Ministro das Minas e Energia Delcídio Gomes, do Ministro do Trabalho Marcelo Pimentel representando o governo e diretores da FUP e o Presidente da CUT Vicentinho representando os trabalhadores. Nesta reunião houve acordo entre as partes, sendo formulada uma proposta,

redigida em linhas gerais pelo Ministro Ciro Gomes, comprometendo-se o governo a cumprí-lo e a FUP a indicar as assembleias da categoria a suspensão da greve, que foi aprovada e o movimento foi encerrado na noite do mesmo dia 05 de outubro.

Também ficou acertado na reunião que o Ministro das Minas e Energia e o Ministro do Trabalho, juntamente com a PETROBRAS e a FUP deveriam reunir-se para redigir um termo de acordo detalhado para assinatura entre as partes. Após muitas dificuldades, o acordo foi assinado no dia 10 de novembro de 1994. Assinou em nome do Governo e da PETROBRAS o Ministro das Minas e Energia, na presença de representantes do Serviço de Recursos Humanos da PETROBRAS e do Ministro das Minas e Energia Delcídio Gomes, do Trabalho Marcelo Pimentel.

Após a divulgação pública do acordo, houve grande pressão da mídia, interessada em denegrir a imagem dos petroleiros e favorável a manutenção do arrocho salarial. Preocupado com a repercussão do Acordo, o Governo recua, sustentando-se no cancelamento pelo TST do enunciado que garantia o pagamento do plano Bresser, que fazia parte do acordo e outros argumentos injustificáveis. O anúncio do cancelamento do acordo foi feito no dia 17 de novembro de 1995. A greve Nacional se consolida rapidamente e é aberto canal de negociação com a PETROBRAS, que autorizada pelo Governo Federal assina novo acordo com a FUP em 25 de novembro de 1994. Toda a negociação foi realizada com o Presidente da Companhia e acompanhada pelo Presidente da República Itamar Franco, tendo sido assinado pelo Superintendente Adjunto da República José Lima de Andrade Neto. Em função desse novo acordo a FUP indica a suspensão do movimento, o que é acatado pelos trabalhadores, que retornam ao trabalho no mesmo dia.

Pelo acordo assinado, seriam mantidos os termos do Acordo Coletivo do ano anterior, além da adequação da relação de intertíveis do plano de cargos e salários, que propiciaria um reajuste médio de 12%, retroativo a setembro de 1994. A direção da PETROBRAS solicitou um prazo de 20 dias para realizar os estudos e implantar as adequações, o que não ocorreu até a presente data.

Seguiram-se diversas reuniões entre a FUP e a empresa, sem nenhum resultado. Ao mesmo tempo, outras categorias de trabalhadores de estatais assinam acordos que também são descumpridos pelo Governo Federal. Os petroleiros, telefônicos, eletricitários e outras categorias decidem realizar movimentos unificados, entendendo que a única possibilidade no atendimento as suas reivindicações está na união dos trabalhadores.

As tentativas de cumprimento do Acordo de 25/11 continuam. A Direção da PETROBRAS nega o cumprimento do acordo, afirmando que não dispõe da autorização do Governo Federal. Reafirma o compromisso e a disponibilidade financeira mas não cumpre o compromisso assumido. A partir de abril a idéia da greve unificada é consolidada. Após diversos adiamentos, a greve é deflagrada em 03 de maio de 1995.

A PETROBRAS solicita novo dissídio coletivo, e é marcada audiência de conciliação no TST para o dia 06 de maio de 1995. As reivindicações dos petroleiros: a legitimidade da greve, por acordos não cumpridos pela empresa, o cumprimento do acordo assinado em 25/11 e a reposição das perdas salariais desde setembro de 1994. Na audiência de conciliação, o Presidente do TST solicita parecer da Procuradoria do Ministério Público.

O Procurador Ives Gandra Martins Filho entende pela validade do acordo assinado, embora considere a greve abusiva. A Companhia entra em contradição, ora negando, ora reafirmando o acordo. O julgamento é marcado para dia 09 de novembro de 1994 e em novo julgamento político o TST julga a greve abusiva e não concede o direito ao cumprimento ao acordo de 25 de novembro, bem como nega a validade do acordo assinado com o Governo em 10/11/94.

A categoria petroleira, perplexa, decide permanecer em greve. A PETROBRAS inicia as demissões, porém a greve prossegue sem perspectivas de solução. A FUP procura incessantemente canais de negociações com o Governo, que recusa-se a conversar."

Essa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a situação que a categoria petroleira passa no momento. Estamos resistindo. A categoria não aceita as demissões que foram realizadas e prossegue na luta, porque entende que o que está em jogo neste momento, não é meramente o interesse dos petroleiros, não é meramente uma questão salarial. É uma questão ética, uma questão de honra, porque foram dois acordos assinados pelo Governo Federal e pela PETROBRAS e nenhum deles foi cumprido. Se hoje existe essa disposição para a luta, é em função disso, é em função desse não cumprimento e da certeza que os trabalhadores poderão conquistar seus objetivos desde que permaneçam unidos.

Apelamos aos Senhores Deputados do Paraná, desta Casa, que é sem dúvida nenhuma, dos três Poderes, aquele que é o mais democrático, que é o Poder Legislativo e os Senhores sabem muito bem, que a mídia é capaz de distorcer, é capaz de fazer campanhas contra Parlamentares, contra categorias profissionais inteiras, alegando como já alegaram os Senhores Deputados, que os petroleiros são marajás e que os

Deputados ganham demais.

A gente sabe o poder da mídia, mas confia na tranquilidade dos Senhores Deputados, confia que em nossa união de trabalhadores e no esforço conjunto de todos aqueles que querem resolver esse grave impasse, possamos chegar a negociações com o Governo Federal e no atendimento das nossas reivindicações que não são muitas. Retornaremos ao trabalho e se encerrará este capítulo tão desagradável para todos, principalmente para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Wilson Bortoloto da telefonia.

O SR. WILSON BORTOLOTO - Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa, aos trabalhadores que aqui estão presentes e a todo o pessoal da imprensa que nos tem acompanhado.

Primeiramente, Senhores, não dá para falarmos em telecomunicações sem, no mínimo, fazermos um pouco ou explicarmos um pouco, ou relembrarmos um pouco o que significa a história das telecomunicações neste País. Principalmente o fato vivido mais claramente por nós, que somos paranaenses e defendemos este Estado e esta Nação.

Antes de 1970, década de 60, as telecomunicações no Brasil e, principalmente, as telecomunicações no Paraná, pertenciam à iniciativa privada. A iniciativa privada dizia a quem tinha o direito de ter direito à comunicação. A ela pertencia. Por incompetência o governo, toma para suas mãos e joga para a sociedade, tirando recursos da sociedade brasileira e investe nas telecomunicações como um fim social e não, apenas, meramente, uma empresa lucrativa.

Nessa história das telecomunicações nós podemos lembrar aqui, antes de 1970, quantos municípios neste Estado tinham o direito de falar com a sua capital. Quantos municípios deste Estado falavam sem ao menos ter - entre essa ligação - alguém monitorando. Ou seja, não havia sigilo das telecomunicações. Era muito mal atendida. Levava-se para se falar entre este Estado e este País não apenas horas, levava-se às vezes dias. E citamos aqui, porque está claro para todas as pessoas que moram nessa cidade, que Santa Felicidade onde tem mais de 30 restaurantes lá, antes de 70 tinham aproximadamente 15, e que era mais fácil vir a pé a Curitiba do que se fazer uma ligação telefônica. Tinha apenas uma linha física, transportada via poste, que trazia - por vez, uma pessoa que poderia falar.

Uma das heranças que tivemos do regime militar e podemos aplaudir-la, foi o grande investimento neste País das telecomunicações com a finalidade de colocar esse País na história, colocar esse País no mundo e colocar os seus povos conversando entre si. Tanto é que, antes de 70, tínhamos apenas 1.500 municípios deste País falando mal e porcamente - desculpem a palavra, e hoje temos, aproximadamente, 18.000 localidades neste País falando entre si e muito bem. E falando também para o mundo.

Então a telecomunicação é um orgulho, é uma estrutura construída com o dinheiro da sociedade, com o dinheiro do povo brasileiro. É, hoje, a décima primeira telecomunicação do mundo, e aquela mesma iniciativa privada que até 1970, por incompetência, teve que ser estatizada, hoje afia seus discursos e vai para os meios de comunicações dizendo que faltam telefones, que falta investimento e que tem que ser privatizado. E consegue levar esse discurso em todos os meios de comunicações e não apenas para a sociedade, consegue levar esse discurso também para os Parlamentares desse País que tinham obrigação de defender essa Nação e, hoje se curvam a um Presidente da República que manda um Projeto de Emenda Constitucional dizendo que tem que quebrar o monopólio das telecomunicações porque o Governo precisa de dinheiro, porque tem que arrecadar quarenta e quatro bilhões, e as telecomunicações valem mais de cem mil, valem mais de cem bilhões, mas quer arrecadar quarenta e quatro bilhões. E a mesma iniciativa privada talvez amanhã a história vai nos contar.

E quero que registre isso porque estaremos lutando e pegando o dinheiro do povo para estatizar de novo, porque o povo sabe que quando privatizar a TELEPAR, e vamos falar dela agora, podemos garantir com toda certeza que Município como Campina da Lagoa, como Salto do Lontra, a iniciativa privada, que visa apenas o lucro, vai investir lá, ou vai investir em Curitiba, em Ponta Grossa, em Maringá, em Cascavel.

Sabemos aonde eles vão investir porque isso é a história das telecomunicações do País. E eles não estarão preocupados se sua sociedade está falando entre si, eles estarão preocupados é com o lucro porque as telecomunicações na época que eram da iniciativa privada era privilégio de alguns, porque não faltava telefone nos grandes centros, aonde dá lucro, mas faltava telefone para integrar esse País de norte a sul como está integrada hoje pela rede de telecomunicações formada pela EMBRATEL.

Portanto, o discurso é que a iniciativa privada é competente, e que a iniciativa privada vai investir, e que a iniciati-

va privada vai acabar com essas maracutaías que existem.

Uma questão que nós, trabalhadores, defendemos, não defendemos a forma da empresa que está aí, achamos que tem problema sim e achamos que tem que ser resolvido, não pode ser usado as telecomunicações como poder de barganha do Governo utilizando cargos para obtenção de votos. Não é esse tipo de empresa que queremos, queremos uma empresa pública virada para o bem da sociedade, atendendo a população.

Hoje as telecomunicações atuam através do subsídio cruzado, e que esses dias um Parlamentar, que já foi Presidente dessa empresa, vai aos meios de comunicações, que inclusive essa Casa tirou um voto de louvor a ele, e que tem hoje 95 licitações no TSU "sub judice", esse mesmo Parlamentar vai aos meios de comunicações dizendo que o subsídio cruzado é um roubo.

Quero saber, Senhores Parlamentares, como ficarão os pequenos municípios, o Prefeito daquela localidade vai subsidiar as telecomunicações, o Prefeito da cidade vai captar dinheiro do seu município para investir na central? Porque a iniciativa privada não vai investir porque no Paraná não temos trinta cidades que são auto-suficientes, não temos trinta cidades no Estado do Paraná, e onde ficam os outros municípios? Temos duzentos e setenta e um no Estado, não são lucrativos.

Então, gente, queremos, defendemos que seja feita uma grande discussão com a sociedade, esclarecedora, da mesma forma como foi feito o regime do Governo, um plebiscito talvez, neste País, aonde se discuta a quebra do monopólio das telecomunicações, que é a quebra do monopólio do Estado para passar às mãos da iniciativa privada, porque sabemos que é isso que vai ocorrer.

Os trabalhadores de todo o Brasil e principalmente aqui do Paraná estão, desde o dia 3, em greve, defendendo os seus direitos, defendendo os direitos da sociedade, até porque temos o mesmo problema que acabou de ser relatado aqui, pelo companheiro petroleiro, de um acordo coletivo, assinado no dia 14 de dezembro, pelo Exmo. Senhor Presidente da República, Itamar Franco. Esse Governo, que demonstra o autoritarismo, que nunca foi demonstrado em vinte e cinco anos, simplesmente desconhece o acordo assinado por aquele Presidente, uma afronta aos trabalhadores e a toda sociedade! Porque se há acordo coletivo, um mínimo acordo coletivo feito com os trabalhadores, o novo Governo toma posse no mês de janeiro e diz que temos que alterar doze cláusulas.

Ora, minha gente, todos nós sabemos que um acordo coletivo tem a durabilidade ou a vida de um ano, e no dia 1º de dezem-

bro de 95, estaríamos discutindo com o Governo um novo acordo coletivo. Então não havia necessidade de se romper com o acordo coletivo, desconhecendo a assinatura de um Governo passado há tão poucos dias!

Os trabalhadores que tinham uma negociação para março, e assinaram o acordo coletivo, em dezembro, já na expectativa de no mês de março estar negociando o seu arrocho salarial. Hoje estamos no ponto de termos, na TELEPAR, apesar de muitos falarem que somos "marajás", é só levantar o quadro da TELEPAR para comparar a veracidade do fato, temos mil e quatrocentos trabalhadores telefônicos recebendo "zero" simplesmente "zero" no final do mês, minha gente! E temos mais mil trabalhadores recebendo 100 reais. Temos 60% do quadro de empregados da TELEPAR que construíram esta Empresa, neste Estado, recebendo, em média 500 reais e somos "marajás"!

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia, Anibal Khury, Exmos. Senhores Deputados.

Não dá para os trabalhadores simplesmente arregaçarem as mangas e trabalharem quando suas famílias estão passando fome!

O poder aquisitivo dos trabalhadores caiu, neste momento, a ponto de não se sobreviver mais do salário e ter que viver de alguns benefícios que o Governo quer acabar, quer retirar, porque nós, trabalhadores somos "marajás"!

Nós construímos esta Empresa, porque tudo que era da iniciativa privada foi, praticamente, para o lixo, e de 1970 para cá, colocamos este País, a sociedade, os dezoito mil locais, mas colocamos o Brasil falando para o mundo, e de repente estes trabalhadores viraram "marajás"! Por isso eles continuam em greve e vão até sexta-feira aguardar o dissídio. Uma greve pacífica, não é uma greve contra a sociedade paranaense, porque é para ela que trabalhamos, e queremos que seja uma empresa pública para o público.

Queremos discutir as telecomunicações como um bem público, e queremos que seja aprovado, inclusive, nesta Casa, se possível, que se faça uma ampla discussão com a sociedade, porque senão a história nos mostrará que municípios e municípios deste Estado não vão falar mais com sua capital como a história recente, quem tem mais de 40 anos a conhece, assim acontecia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa agradece a presença dos representantes dos petroleiros e dos telefonistas e fico contente pelo alto nível das exposições.

Tenho certeza que todos os Deputados ouviram com atenção as duas exposições e poderiam tê-los aparteados caso o quisessem. Mas se algum Deputado manifestar o

interesse de apartear, a Mesa não se opõe.

O SR. IRINEU COLOMBO - Ao representante dos telefônicos: numa das justificativas apresentadas pela empresa é que o caráter do movimento paredista tinha um caráter político e extrapolava a esfera da relação com a empresa e os trabalhadores.

Gostaria da manifestação dos trabalhadores, no sentido de explicar essa relação e se procede a informação de que está fora das questões constitucionais, porque, na minha avaliação as ingerências políticas na empresa não desqualifica, também, qualquer apelo político de caráter nacional ou estadual. Qual a opinião dos paredistas com relação à negativa da empresa em conversar. Porque entre a pauta aparecem questões, por exemplo, ligadas à questão constitucional que não é de competência da empresa.

O SR. WILSON BORTOLOTO - Deputado, gostaria de informar que não existe nenhuma cláusula, na discussão do nosso acordo, que tenha algo a ver com a política, no mínimo a política partidária. Mas que, sabemos, e o nobre Deputado também sabe, que salário é uma discussão política. Discussão de acordo coletivo é uma discussão política. Nesse aspecto os meios de comunicação jogam que estamos fazendo uma greve política.

Sabemos que o que leva os trabalhadores à luta, o que leva os trabalhadores a uma greve e discutida numa Assembléia, é exatamente salário, arrocho salarial. O dia que nós trabalhadores tivermos a consciência de fazer greve política como colocam nos meios de comunicação, tenho certeza absoluta que eles não vão fazer apenas greve. Eles terão tomado o País.

Os trabalhadores não fazem greve política puramente. O que se discute, politicamente, é a política salarial. Os trabalhadores não têm a consciência. A partir do momento que a empresa atender as reivindicações constantes deste acordo, não cumprida, abrir negociações - não apenas via TELEPAR, mas sim via Ministério, via Governo os trabalhadores voltarão ao trabalho imediatamente. Isso é claro, é óbvio.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Ouvi atentamente a explanação do representante das duas categorias em greve hoje e acho que não há mais como nesse País, ficar justificando se qualquer movimento é político ou não. Acho que essa é uma fase desgastada da relação dos trabalhadores neste País.

O que é político, sim, é a situação em que se encontra o País hoje, e não há por que negar, que se fosse um movimento em

relação à situação política do País, também teria a sua justificativa.

Mas, afora este fato, preocupo-me muito com relação a alguns serviços que já deixaram de ser executados no nosso Estado, como é o caso da telefonia celular, por exemplo, na nossa região, alegação essa feita pela empresa que havia ganhado a concorrência, que precisaria de um aumento de 40% do seu contrato, e está me cheirando isso tudo, que começa já o efeito da possibilidade da privatização dessas empresas.

Então, acho que o Governo teria que dar uma resposta firme em nome daquilo que foi investido com o dinheiro público, da história daqueles que construíram esse patrimônio, que não pode absolutamente, num momento de lampejo agora, de uma circunstância política, ser colocado fora dos interesses da nossa população.

Então, essa realidade em que se encontram hoje os trabalhadores telefônicos, os petroleiros, é uma realidade estampada no País todo e que obviamente há que se respeitar aqueles que ressurgem contra essas atitudes que podem colocar o patrimônio público, daquilo que nos resta de orgulho, quem sabe, por um caminho que não seja de interesse conhecido, verdadeiramente legítimo da nossa população.

Só esse o registro.

Muito obrigado.

O SR. WILSON BORTOLOTO - O Deputado apenas completou o que deixei de falar aqui.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Quero agradecer a presença dos representantes dos petroleiros e dos telefônicos, que para nós, Deputados Estaduais, é uma grande oportunidade de conhecermos um pouco mais a fundo a realidade das duas categorias.

É bem verdade que não cabe a nós neste momento, a discussão dos grandes temas que envolvem as categorias, os seus interesses, a sua história, mas somos representantes políticos, temos as nossas convicções, os nossos pensamentos e a presença de vocês aqui no dia de hoje, contribui para aperfeiçoarmos as nossas convicções e os nossos pensamentos a respeito da sua história.

Particularmente, tenho as minhas posições, procuro sempre, apesar de muitas vezes discordar de outros aqui dentro, colocar de maneira leve, sempre com a possibilidade de transformá-la na medida em que eu seja convencido.

Então, é muito importante que vocês percorram o País para colocar as suas posições, algumas das quais muitas vezes não concordo.

Gostaria de receber esclarecimentos de

vocês, a respeito dessa declaração pelo Tribunal Superior do Trabalho ou pelo Supremo Tribunal Federal, de que a greve que vocês estão promovendo - isso diz respeito aos petroleiros - é uma greve abusiva. Alega o Tribunal que a categoria não teria respeitado a lei de greve quando impõe que em serviços essenciais, há a necessidade de manutenção pelo menos de 30% do serviço para que não haja prejuízos à comunidade, e essas 67 demissões que já ocorreram, são consequência dessa declaração pelo nosso Tribunal maior, que, de fato, a greve é abusiva. Manifesto-me muito preocupado, se essa greve for exclusivamente pela manutenção do monopólio.

Acho que tanto a PETROBRÁS como a telefonia, tem uma história de desenvolvimento muito importante em nosso País. Contribui de fato para o nosso desenvolvimento. Como o nosso representante dos telefônicos já afirmou, eles construíram um sistema que hoje utilizamos, nos colocaram em contato com o mundo; e hoje do Brasil, aqui deste Plenário, através de um telefone celular, podemos nos comunicar com qualquer parte deste planeta. Isso é louvável. Acho que essa história tem que ser respeitada.

Mas é muito importante que a gente discuta para não incorrer em erro. E a preocupação de todos aqui é que isso não aconteça. Nem da manutenção dos monopólios nem da privatização, quebra de monopólio. Para que tudo isso seja feito, realmente, no sentido do interesse público. Se for para se manter o monopólio dos serviços de exploração, lavra, pesquisa e distribuição do petróleo, que ele seja feito no sentido de beneficiar a população brasileira. Se for para sua quebra de monopólio, que ele seja também do interesse da população brasileira.

Particularmente, tenho uma formação liberal, acredito na livre concorrência. Tenho medo dos monopólios tanto estatal e mais medo ainda dos monopólios privados. Por isso, reconheço a sua preocupação e sei que você luta por uma história de trabalho. Mas acho que essa questão tem que ser discutida a fundo, para que a população brasileira não perca uma oportunidade, já que estamos passando por um período de mudanças na Constituição, para que seja definido - de fato - que rumo este País vai tomar. Se ele quer encontrar um rumo de desenvolvimento ou ficar patinando como estamos hoje.

Então, em primeiro lugar, a minha colocação em respeito às suas posições até ideológicas e segundo, a minha pergunta a respeito dos serviços: está havendo a manutenção dos 30% estabelecidos em lei para que a greve não seja considerada abusiva e, desta forma, prejudicial à comunidade?

O SR. LUIZ ANTONIO - Respondendo à pergunta do Deputado. Todas as greves que ocorreram depois da existência da Lei de Greve, os requisitos de lei foram cumpridos. Todos. Comunicamos com antecedência a realização da greve, conforme prevê a lei. A greve foi deflagrada por vontade da categoria. Após a suspensão da entrada do pessoal nas áreas da PETROBRÁS, que a gente chama de corte de rendição das turmas de revesamento.

A PETROBRÁS, não podendo manter os empregados indefinidamente trabalhando, decidiu paralisar as unidades no caso aqui da nossa Refinaria de Araucária.

E a partir daí o Sindicato assume o papel de responsável pelo patrimônio público, quando coloca mais de 30% do efetivo normal dos trabalhadores da área de produção dentro da refinaria para manter o patrimônio público. Para manter íntegras as instalações e os equipamentos. Isso foi feito e está sendo feito até hoje, mesmo com esse impasse que está sendo gerado atualmente. Existe o compromisso firme dos trabalhadores de manter o patrimônio público.

Com relação à produção daquilo que é essencial para a população, até o momento não houve nenhuma solução da continuidade no fornecimento de produtos essenciais para a população: principalmente gás de cozinha e óleo diesel. O que aconteceu foi que há alguns dias atrás, na tentativa de desestimular a nossa greve, de jogar a opinião pública contra os petroleiros, o próprio Governo, através do Departamento Nacional dos Combustíveis e a própria PETROBRÁS anunciaram que ia faltar gás de cozinha. As pessoas, então, foram de forma ávida buscar reposição dos seus botijões de gás e até fizeram estoque. Isso provocou um aumento da demanda de cerca de 30%, que, apesar disso, a PETROBRÁS está atendendo.

Então, a demanda que existe hoje, na realidade, é uma demanda artificial, motivada pelo pânico de que falte o produto. E esse pânico, por sua vez, foi causado pela própria PETROBRÁS.

No entanto, existe a questão da distribuição dos locais mais distantes, que aí não é mais de responsabilidade da PETROBRÁS, e sim das companhias distribuidoras de gás. Se há em determinada região uma demanda maior e essa demanda não pode ser atendida, há deslocamento de produto de uma região para outra. Então, pode estar havendo - em termos localizados - a falta do produto em revendedores. Mas, isso não é motivado, até o momento, pela greve dos petroleiros.

Nós, inclusive, por determinação da Federação, estamos prontos a discutir com a PETROBRÁS, a retomada de produção das

unidades, caso haja perigo iminente de desabastecimento. Agora, esperamos também que da parte da PETROBRAS e do Governo haja boa vontade de discutir este assunto.

Com relação ao que representa o monopólio, concordo na íntegra com o que foi pronunciado pelo nobre Deputado, realmente o monopólio tem que atender prioritariamente o interesse do País, o interesse da população, e não o interesse do Governo ou o interesse da categoria petroleira. E é isso que o monopólio estatal do petróleo faz. Basta dizer que hoje a PETROBRAS como detentora do monopólio estatal do petróleo, tem um papel social, e ela vende os produtos a preços muito mais baixos do que os preços internacionais. Não estou falando aqui do preço que é vendido ao consumidor, porque, por exemplo, na questão da distribuição do gás de cozinha, temos aumento de 200% em cima do preço que é cobrado pela refinaria com relação ao preço que é vendido para o consumidor. Esse dinheiro não vai para a PETROBRAS, não vai para o monopólio estatal do petróleo.

Da mesma forma, se a gasolina está sendo vendida a sessenta centavos de dólar, a PETROBRAS recebe, para importar, para refinar petróleo, para produzir, para entregar o produto acabado, vinte centavos; o restante são impostos e são valores pagos às distribuidoras. Ninguém aqui está dizendo que a PETROBRAS tenha que cobrar preços internacionais, que tenha que cobrar o mesmo que o refinador americano cobra para entregar os produtos, mas que ela receba um valor condizente e que continue executando a sua política social; porque isso que é importante, qual é o resultado para a sociedade. E a PETROBRAS, vendendo os produtos mais baratos para a sociedade, está justamente trazendo o benefício social que o Deputado chama.

O Sr. Eduardo Trevisan - Para completar, em relação àqueles que defendem o monopólio estatal, esta greve vem sendo extremamente prejudicial, porque com essa notícia de falta de oferta de gás, demonstra que o monopólio faz com que a categoria que o detenha, uma vez decidindo paralisar o serviço, a população fique sem. Só para constar uma posição minha que tenho sentido na sociedade, nas conversas que tenho, a imagem do monopólio está extremamente arranhada, inclusive no momento em que está se discutindo se quebra ou se não quebra. Eu particularmente, acho o seguinte: a PETROBRAS tem que continuar existindo, monopólio merece uma discussão mais aprofundada.

O SR. LUIZ ANTÔNIO SAMPAIO - Só para contrapor, na realidade, acho que os responsáveis pela greve - não estamos nos

eximindo da responsabilidade da greve, mas o Governo também tem responsabilidade, o Governo não está querendo negociar. Existem dois acordos assinados. Então, a questão de quem é responsável pela greve - o Governo tem a sua parcela de culpa, parcela grande.

E com relação ao monopólio, eu diria o seguinte: a categoria petroleira é uma categoria unida por natureza, os sindicatos de petroleiros não são sindicatos de trabalhadores da PETROBRAS, coincidentemente em função do monopólio assim o é; mas se no futuro o monopólio for quebrado - que a gente espera que não seja - os petroleiros da Shell, da Esso e da Texaco continuarão unidos e farão greves da mesma forma como são feitas hoje.

Infelizmente nós sabemos que isso está causando na população talvez até um certo conceito contrário ao monopólio, mas nós adiamos esta greve, tentamos negociar desde dezembro, infelizmente está caindo exatamente naquilo que o Governo queria, cai justamente quando está colocado em pauta a questão do monopólio. Mas esperamos que essa greve seja concluída rapidamente através de um acordo, não estamos pedindo muito - como dissemos - e aí teremos condições de tentar reverter essa opinião e mostrar à população que o monopólio é em seu benefício.

Queria aproveitar ainda para convidar os Senhores Deputados para que compareçam às nossas assembleias que são realizadas diariamente às 10:00 horas, no Sindicato dos Petroleiros, para que lá possam ver, presenciar e ouvir os companheiros petroleiros, principalmente aqueles mais novos que estão com a situação financeira bastante defasada e que hoje não querem nem voltar ao trabalho.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Queria manifestar aos demais Deputados, especialmente os da Bancada do PT, que tomaram a iniciativa de fazer esta sessão, nesta tarde, justamente para avaliar este movimento, que é um movimento nacional, que é um contraponto às reformas neo-liberais que o Governo Fernando Henrique Cardoso quer fazer, uma questão que toca fundo aos petroleiros, aos telefônicos, alguns setores da área da previdência que estão em greve, e que naturalmente está embutida a questão salarial desta política que tem, na verdade, praticado uma injustiça muito grande com estes setores tão importantes da infra-estrutura deste País.

Queria manifestar a minha concordância com as posições que estão sendo expressadas, conheço o valor dos trabalhadores destas áreas, principalmente da PETROBRAS, uma empresa que é modelo para o mundo, na área da exploração e do refino de petró-

leo, é uma empresa que tem quadros extraordinários, e que todos nós possamos cerrar fileiras e garantir que uma empresa como a PETROBRAS tenha uma boa solução de continuidade e possa continuar este trabalho extraordinário que está realizando no nosso País.

Quero manifestar ao Senhor, aos demais membros do Sindicato dos Petroleiros, do SINTEL, que estes setores são essenciais, estratégicos para o desenvolvimento do nosso País e não podem eles agora ficarem à mercê da sanha dos banqueiros, que acumularam tanto capital e que querem agora utilizar instrumentos para poder fazer com que estes valores nacionais fiquem subordinados ao capital estrangeiro ou de outros interesses; enfim, que são os piores que vendem a nossa Pátria.

Meus parabéns ao movimento que Vossa Excelência conduz e tenho certeza que chegaremos a um bom termo, inclusive com relação a greve, que hoje está paralisando, mas que será um marco na luta da defesa do monopólio do petróleo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kruy) - Concedo a palavra ao Deputado Trentini.

O SR. WALMOR TRENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, trabalhadores que hoje se manifestaram nesta Casa, e com certeza levam da Assembléia Legislativa do Estado o apoio de todos aqueles que defendem a classe trabalhadora.

"Deve-se falar somente quando não se pode calar e falar somente daquilo que se superou." (Nitsche)

Ouvindo, neste período que estivemos aqui na Assembléia, as críticas da Oposição a alguns atos do nosso Governo, do Governo Jaime Lerner, e o tempo é o melhor momento para reflexão.

Ouvimos da Oposição que o Governo do Estado havia cancelado alguns Programas apresentados nos Governos anteriores, tais como "Panela Cheia", "Bom Emprego" e "Casa da Família". Mas quero tranquilizar os Senhores Deputados tiveram essa preocupação momentânea e que tenho certeza que hoje já não existe mais. Porque o nosso Governo, o Governo de Jaime Lerner, criou um único Programa que denomino de "Programa 4 em 1". O Programa substitui esses que agora há pouco me referi dos governos anteriores com amplas e largas vantagens. Porque são Programas que se completam e se interligam entre si. São as Vilas Rurais.

Visitei no sábado, quando retornava da brilhante Sessão que esta Assembléia realizou em Campo Mourão, passando pela Cidade de Apucarana, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tirei um tempo para visitar ali a primeira Vila Rural que será

inaugurada no Paraná no próximo dia 26 de maio, com a presença do Presidente da República e com certeza de outras autoridades inclusive do exterior. Porque já manifestaram o apoio e virão ao Paraná para verificar que aqui no Paraná dos Novos Caminhos está encontrando a solução para, definitivamente, resolver parte dos problemas da nossa população.

Digo "Programa 4 em 1", Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque no Programa das Vilas Rurais estará contemplado um pedaço de chão para o trabalhador que sempre sonhou em readquirir a sua terra para o seu trabalho para produção do seu alimento. Digo 4 em 1, porque teremos ali a moradia para o trabalhador paranaense. Digo 4 em 1, porque ali teremos o emprego ao homem do campo. Digo 4 em 1, porque ali será produzido o alimento que o povo trabalhador precisa no Estado do Paraná.

Visitando, tenho a certeza, que o Paraná será exemplo nacional na inauguração desta Vila Rural.

O Paraná, que num tempo recorde de 60 dias - do início desta obra da Vila Rural, já tem ali construídas 64 moradias pelo sistema de auto-construção. Onde o trabalhador já sabe qual será sua casa e nela se empenha para construir. Em apenas 60 dias estão ali concluídas 64 casas. Serão 64 lotes de terras, 64 casas de famílias construídas em tempo recorde.

No dia 26 de maio estarão assinando, mais de cem prefeitos, a intenção de implantar as Vilas Rurais no Paraná. E o Governo Lerner implantará, pelo menos, uma Vila Rural em cada município deste Estado.

(Falta energia elétrica)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kruy) - Declaro encerrada a presente Sessão, tendo em vista a falta de energia elétrica, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 112/95.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/94.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de maio de hum

mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Justus, Luiz Cláudio Romanelli, Carlos Simões, Valdir Rossoni, Algaci Túlio, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, Emerson Nerone, Eduardo Trevisan, José Tavares, Basílio Zanusso, Beto Richa e Antonio Belinati. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 112/95 do Deputado Luiz Cláudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 136/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Justus - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 88/95 do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Cláudio Romanelli - APROVADO. O Deputado Carlos Simões requer dilação de prazo nos projetos que estão em seu poder para relatar - DEFERIDO; 04) Projeto de Lei nº 117/95 do Deputado Cleiton Kielse. Concedido vistas ao Deputado Valdir Rossoni; 05) Projeto de Lei nº 18/95 do Deputado Luiz Carlos Martins. O Deputado José Tavares havia solicitado vistas e diz não ter convencimento da aplicabilidade da parte técnica, sugere que seja convertido em diligência, para que se valorize mais as ações desta Comissão. O Deputado Walmor Trentini, Relator da matéria, diz ter demorado um pouco no seu parecer por ser um tema preocupante, que concorda com o Deputado José Tavares e que analisou a constitucionalidade, legalidade da matéria e não o mérito. O Deputado José Tavares diz que o parecer do Relator foi muito bem fundamentado e que esta Comissão pode analisar apenas a legalidade, constitucionalidade, técnica legislativa e o mérito ser analisado pela Comissão de Segurança Pública. O Senhor Presidente coloca em votação o parecer do Deputado Relator Walmor Trentini, FAVORÁVEL a matéria - APROVADO. O Deputado José Tavares solicita mais prazo para relatar o Projeto de Lei do Deputado José Maria - DEFERIDO. O Deputado Emerson Nerone também solicita mais prazo para relatar seus projetos - DEFERIDO. O Deputado Valdir Rossoni solicita mais prazo para analisar o Projeto de Lei 39/95 que havia pedido vistas na reunião anterior. O Sr. Presidente diz que o Regimento Interno determina três dias improrrogáveis para vistas, mas em função do interesse da Comissão, consulta o plenário se concorda com essa concessão - DEFERIDO após aprovação pelo Plenário. 06) Projeto de Lei nº 82/95 do Deputado

Antonio Belinati que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Festival de Música de Londrina. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 07) Projeto de Lei 111/95, do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 119/95 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 38/95 do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei 110/95 do Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 107/95 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 118/95 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 105/95 do Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 135/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 138/95 do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 121/95 do Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. O Deputado Basílio Zanusso sugere que seja transferido para outro horário as reuniões da CCJ, uma vez que coincide com as sessões de Plenário desta Casa. O Deputado Carlos Simões diz que até hoje somente uma vez houve avanço de horário, até por que era começo, os Deputados novos não estavam ambientados e acredita no seu entendimento, ser um bom horário. O Sr. Presidente diz estar registrada a sugestão do Deputado Basílio Zanusso e encerra os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa). JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13.^a LEGISLATURA - 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA TERMO DE ATA

Aos nove dias do mês de maio de hum mil novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colação, Carlos Simões, Luis C. Romanelli, José Tavares, Eduardo Trevisan e Augusti-

rho Zucchi. Não havendo número legal, o Senhor Presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo da Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta. Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SANEPAR

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão Parlamentar de Inquérito da SANEPAR, sob a presidência do Dep. José Maria Ferreira e contando com as presenças dos Deputados Albanor Gomes, Florisvaldo Fier, Luiz Cláudio Romanelli, Eduardo Trevisan e Walmor Trentini. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida o Senhor Presidente comunica que a ausência do Deputado Plauto Miró Guimarães foi motivada por problemas pessoais. Conforme o combinado, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier para que o mesmo apresentasse aos demais membros o motivo que o levou a requerer a instalação desta comissão. Inicialmente, o Deputado Florisvaldo Fier ressaltou que o Deputado Valdir Rossoni também é autor do requerimento da constituição da CPI e passou a descrever as possíveis irregularidades acontecidas na Companhia Paranaense de Saneamento, muitos deles revelados pela imprensa de nosso Estado, dentre eles os já elencados no requerimento aprovado pela Casa: falta de água em diversas localidades do Estado do Paraná, o atraso no cronograma de trabalho do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba e os contratos firmados entre o Governo do Estado e a iniciativa privada. Quanto a documentação, assegurou o Deputado Florisvaldo Fier que o Deputado Valdir Rossoni se comprometeu a remete-la aos membros da comissão. Ao detalhar a sua explanação, o Deputado Florisvaldo Fier citou indícios de possíveis irregularidades nos leilões de inservíveis da SANEPAR, a Auditoria de nº 007/91, realizada em Campo Mourão, irregularidades em pagamentos efetuados a firmas MAISON - Serviços Técnicos e Profissionais, MERCADO - Construções e Empreendimentos, Digidata e pela Metalhor. Irregularidades na contratação de pessoal e de serviços de terceiros. E, também do balanço do exercício de 1994 da SANEPAR, que

apresentou déficit. Durante a explanação o Deputado Florisvaldo Fier foi aparteado por vários Senhores Deputados. Ficou acertado que a Comissão iria expedir correspondência: ao Deputado Valdir Rossoni, para convidá-lo para comparecer na próxima reunião; ao Presidente Anibal Khury, para solicitar ao Tribunal de Contas do Estado, assessoria e que dirimisse dúvidas quanto ao prazo de vigência de uma CPI; a Caixa Econômica Federal e a Junta Comercial, pedindo informações sobre as empresas citadas pelo Deputado Florisvaldo Fier; a SANEPAR, solicitando envio de documentação sobre o PROSAN, sobre a Auditoria nº 007/91, sobre o processo de alienação do último leilão de inservíveis, balanço do exercício de 1994, sobre contratos e documentações com empresas que realizaram serviços de segurança para a SANEPAR, documentação sobre contratação de pessoal junto a terceiros, realizados entre os anos de 93 e 95. Antes de encerrar o Senhor Presidente afirmou que por não conhecê-lo, o Deputado Florisvaldo Fier não poderia afirmar a órgãos da nossa imprensa que a CPI iria "dar em água" e assegurou que iria conduzir os trabalhos da CPI com justiça e honorabilidade e que os resultados iriam depender muito de fatos concretos e não de notícias de jornais. Em resposta, o Deputado Florisvaldo Fier negou que tivesse dado tais declarações e que só se responsabilizava por documentação expedida pelo seu gabinete parlamentar. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA
Presidente
Severo Olímpio Sotto Maior
Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
1.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a Presidência do Deputado Péricles H. Mello e com as presenças dos Senhores Deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 029/95 de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator Deputado Eduardo Trevisan. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 105/95 de autoria do Deputado

Péricles H. Mello. Relator Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Richard Ruppel Sotto Maior, secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) PÉRICLES H. MELLO - Presidente
Richard R. Sotto Maior - Secretário